



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

TJPE
FLS.
360
es.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0058997-5 – CARUARU/PE
APELANTE: UNIMED CARUARU – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO: CARLOS KURT J. VON LIEBIG JUNIOR
APELADO: NIVALDO JOSÉ DE SOUZA LEÃO
ADVOGADO: CLÁUDIA ALCÂNTARA ALENCAR
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ITAMAR PEREIRA DA SILVA JÚNIOR
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – MEDIDA CAUTELAR INOMINADA – SUSCITAÇÃO “EX OFFICIO” PRELIMINAR TEMPESTIVIDADE – RECURSO NÃO CONHECIDO ANTE SUA INTEMPESTIVIDADE.

DECISÃO: “Por unanimidade de votos, foi suscitada ex officio a preliminar de intempestividade e reconhecida, nos termos do voto do Relator”.

DATA DO JULGAMENTO: 25 de fevereiro de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº 0058997-5, em que figura como Apelante UNIMED CARUARU – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e como Apelado NIVALDO JOSÉ DE SOUZA LEÃO, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, foi suscitada ex officio a preliminar de intempestividade e reconhecida, nos termos do voto do Relator.

Recife, 18 de junho de 2014.

DES. ITAMAR PEREIRA DA SILVA JÚNIOR
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

Órgão : SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
Classe : APC – APELAÇÃO CÍVEL
Num. Processo : 58997-5
Comarca : Caruaru - 4ª Vara Cível (Juiz Sérgio Paulo Ribeiro da Silva)
Apelante : UNIMED CARUARU – Cooperativa de Trabalhos Médicos
Apelado : NIVALDO JOSÉ DE SOUZA LEÃO
Relator : Juiz Itamar Pereira da Silva Júnior

Relatório:

Trata-se de apelação cível interposta pela **UNIMED CARUARU-COOPERATIVA DE TRABALHOS MÉDICOS**, com endereço naquele cidade do agreste pernambucano, contra sentença proferida nos autos de uma cautelar inominada, confirmatória de liminar anteriormente concedida, por entender o magistrado a suficiência dos pressupostos autorizativos da tutela jurisdicional pretendida. A ação de cautela (*antecedente de uma declaratória*), foi movida por **IVANILDO JOSÉ DE SOUZA LEÃO**, médico cooperado daquela entidade.

Alega a recorrente que sua atuação foi legítima, inspirada em claríssima disposição estatutária, e de conformidade com a Lei das Sociedades Cooperativas: haveria exercício de atividade conflitante com os objetivos cooperativos (*prestação de serviços paralelos a outro grupo de medicina*).

Explicita, ainda, ter determinado, apenas, a instauração do devido processo legal, para promover a eliminação do apelado de seu quadro médico, por falta de cumprimento de seus deveres com a sociedade. Ofertou-lhe oportunidade de ampla defesa.

Cuida não existir, *in casu*, a presença dos elementos básicos para a concessão da medida ajuizada (*periculum in mora* e *fumus boni iuris*), certo que a



preocupação do recorrido está fundada em "*receios subjetivos injustificáveis*".

Pede a reforma da sentença, em sua totalidade.

Em suas contra-razões, o apelado sustenta que o início do processo de sua exclusão dos quadros da apelante, se constituía em fundado temor, pelo que, não deferida a medida, haveria o risco de ineficácia da sentença a ser proferida na ação principal. Aí estaria o *periculum in mora*.

O *fumus boni iuris*, teria respaldo na Lei nº 9.656/98, que expressamente veda as operadoras de Planos de Saúde (art. 18), *impor contratos de exclusividade ou de restrição à atividade profissional*, que, exatamente, era a motivação da UNIMED para instalar o processo de seu desligamento.

Os autos subiram em dezembro de 1999, sendo, inicialmente, distribuídos ao saudoso Des. Santiago Reis (fls. 306), e retribuídos por prevenção, ao Des. Waldemir Lins, que havia julgado anteriormente agravo de instrumento proposto contra a concessão da liminar, por ele confirmada (fls. 312/318). Posteriormente passou por outros gabinetes, vindo, por último acomodar-se nesta 2ª Câmara Cível.

Estando no exercício episódico neste Colegiado, substituindo o eminente Des. Adalberto de Oliveira Melo, assumi o comando do feito.

No essencial era o que havia para ser relatado.

Apresentem-se os autos ao eminente Des. Revisor.

Recife, 12 julho de 2006.

Itamar Pereira da Silva Júnior
Juiz-Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 353

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 58997-5 da 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU

RELATOR: JUIZ ITAMAR PERREIRA
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: UNIMED CARUARU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
APELADO: NIVALDO JOSÉ DE SOUZA LEÃO

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de apelação interposta contra sentença (fls. 161/162) que tornou definitiva a liminar concedida nos autos da Ação Cautelar Inominada (11.328/99) para que a Apelante se abstivesse "de excluir de seus quadros, o médico NIVALDO JOSÉ DE SOUZA LEÃO, pelo fato dele manter credenciamentos com outras empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares" (fls. 39/40), até o julgamento da ação principal, "nos termos do art. 808, inciso III¹, do Código de Processo Civil" (fls. 162).

Às razões recursais (fls. 164/193), a Apelante sustenta que o Julgador não poderia "interferir na vida interna de uma cooperativa", sendo a relação com o Apelado de "associado/cooperado" e não de "contratação ou credenciamento" (fls. 167), pleiteando a cessação dos efeitos da liminar concedida.

Contra-Razões do Apelado às fls. 293/301.

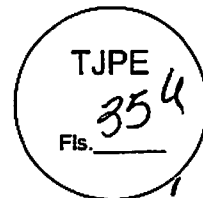
Sucintamente exposta a controvérsia. Decido.

¹ Art. 808. Cessa a eficácia da medida cautelar:

III - se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE EX OFFICIO

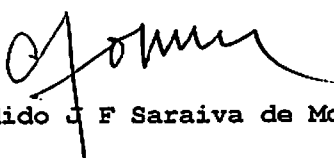
Preliminarmente, suscito *ex officio* a intempestividade de interposição do presente apelo, porquanto a sentença vergastada fora publicada no dia 10.11.1999 (quarta-feira), consoante atesta a certidão exarada pela Secretaria (fls. 163), e o recurso apenas foi protocolado na data de 26.11.1999 (sexta-feira).

Ora, considerando que o início do prazo recursal² se deu em 11.11.1999 (quinta-feira), posto que o primeiro dia útil subsequente à publicação³, tem-se que o termo final seria o dia 25.11.1999 (quinta-feira) e não 26.11.1999 (sexta-feira) - data do protocolo do Recurso de Apelação -.

Isto posto, **SUSCITANDO EX OFFICIO** a presente preliminar, **RECONHEÇO e DECLARO A INTEMPESTIVIDADE** do apelo, o qual não deve sequer ser conhecido.

É como voto.

Recife,


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor

² Art. 508. Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.

³ Art. 184. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL – 25/02/14

APELAÇÃO CÍVEL Nº 58997-5 – CARUARU/PE

APELANTE : UNIMED CARUARU – COOPERATIVA DE TRABALHOS
MÉDICOS

APELADO : NIVALDO JOSÉ DE SOUZA LEÃO

RELATOR : DESEMBARGADOR ITAMAR PEREIRA

REVISOR : DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

RELATÓRIO ÀS FLS. 332/333 DOS PRESENTES AUTOS.

PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE *EX OFFICIO*

DESEMBARGADOR ITAMAR PEREIRA (RELATOR)

Senhor Presidente, como foi dito no relatório, cuida-se de uma cautelar preparatória e que, pela distância da data de sua preposição até o julgamento na data de hoje, já naquela oportunidade quando estava substituindo o Desembargador Adalberto Oliveira, verifiquei a necessidade de identificar se a ação principal estava ou não julgada, porque perderia, desse modo o objeto: a ação cautelar.

Lancei despacho, mas extraímos ofício, aqui às fls. 343: “Ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru/PE”, e, até hoje não obtivemos resposta, apesar de estar o AR aqui, às fls. 345, dizendo que foi realmente recebido.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

Desembargador Itamar, se Vossa Excelência me permitir... (interrompido)

DESEMBARGADOR ITAMAR PEREIRA (RELATOR)

Aí eu queria dizer exatamente... (interrompido)

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

Eu utilizei em meu julgamento, a questão da preliminar da intempestividade... (interrompido)

DESEMBARGADOR ITAMAR PEREIRA (RELATOR)

Era isso que eu ia dizer a Vossa Excelência: identifiquei exatamente com a posição de Vossa Excelência lançada na revisão, que há uma prejudicial já

357
1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

lançada na revisão de Vossa Excelência e pediria que caso quisesse encaminhar a prejudicial... (interrompido)

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

Não. Se Vossa Excelência acolher e suscitar a preliminar, eu estou acolhendo também a intempestividade do apelo.

DESEMBARGADOR ITAMAR PEREIRA (RELATOR)

Não, a preliminar é exatamente essa de intempestividade do apelo, não é?

VOTO DO REVISOR ÀS FLS. 353/354 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

Então, a hipótese é muito clara e objetiva: o Eminentíssimo Relator, como dito, suscita *ex officio*, e, também acompanho essa suscitação. A Turma está em harmonia, reconhecendo e declarando a intempestividade do apelo, que não deve efetivamente nem ser conhecido.

A Turma está em harmonia: colho voto do Eminentíssimo Desembargador Alberto Virgínio.

DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

Desembargador Cândido, com essas considerações, eu quero dizer que ouvi bem o voto trazido pela Turma e eu acompanho integralmente, Desembargador Cândido.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI SUSCITADA *EX OFFICIO* A PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE E RECONHECIDA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
